



ESCREVIVÊNCIAS A PARTIR DA LUTA POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA EM SÃO JOÃO DE MERITI

KAMILLA NASCIMENTO MAIA

RESUMO

O presente trabalho se refere a uma luta antirracista e decolonial em turmas do Ensino Fundamental, nos anos finais, uma escola pública na cidade de São João de Meriti, localizada na Baixada Fluminense no estado do Rio de Janeiro. É notório a falta de preparo e letramento racial dos docentes em suas práticas pedagógicas e como o currículo poderá sofrer adequações para as práticas negrorreferenciadas e decoloniais. A visão de mundo e as realidades dos alunos também serão ouvidas e alguns padrões sociais de racismo e exclusão serão ressignificados a partir da valorização da cultura africana e negra dentro do ambiente escolar. O trabalho envolverá os pais e toda comunidade escolar na participação de palestras, feiras e exposições. Além de quebrar barreiras raciais vividas pelos discentes em uma comunidade que é predominantemente negra, parda e carente, será trabalhado e valorizado suas raízes a ancestralidades, a cultura presente na localidade. O trabalho também foi desenvolvido e pesquisado sobre herói municipal João Candido, o Almirante Negro e outras personalidades negras, e também vai narrar como a “professora pesquisadora” mesmo com suas bagagens, vivências, ancestralidade e críticas, conduzirá os professores e alunos a refletir sobre as questões raciais e o letramento racial e conceber essas narrativas dentro do contexto temporal amparada na aplicação da Lei 10.639, de 2003. Os conteúdos curriculares de Geografia nas turmas do Ensino Fundamental abrem oportunidade de inserir, no contexto das aulas, temáticas africanas, afro-brasileiras, negrorreferenciadas e decoloniais. Fazer com que os alunos sejam os protagonistas da sua própria história, e valorizem ainda mais sua cultura.

Palavras-chave: decolonial; negrorreferenciado; geografia, cultura; docente

1 INTRODUÇÃO

Em uma escola municipal no bairro de Venda Velha, em São João de Meriti, durante as aulas do Ensino Fundamental II, era corriqueiro e naturalizado os alunos tratarem uns aos outros com palavras de baixo calão e termos racistas, apesar das turmas serem majoritariamente formadas por alunos negros. Assim como acontece também em outras escolas desse município e da Baixada Fluminense.

Uma professora negra havia relatado, durante o conselho de classe, que em sua sala de aula os alunos estavam praticando racismo como uma aluna e que ela não sabia como proceder nessa situação. A partir daí, algumas ações concretas foram propostas para serem implementadas ao longo do ano letivo de 2023. Elas tinham o propósito de valorizar a história do negro no país.

Durante todo o ano letivo, a escola passou a investir em rodas de conversa, com relatos de experiências vividas, trabalhos e cartazes com personalidades negras brasileiras, conscientização dos professores em abordar de maneira correta a questão racial, sem falar na mediação de conflitos dentro do ambiente escolar.

A despeito da resistência, por diversas razões, de alguns docentes, foi notória a procura e o interesse para incluir um conteúdo mais afrocentrado em suas salas de aula, enfatizando a importância do negro na sociedade. A ideia que começou simples, partindo de alguns professores, têm ganhado força e voz na política educacional dali. Por isto, a partir de então, a escola tem refletido sobre o cumprimento mais enfático da Lei 10.639, de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, através de um planejamento político-pedagógico cada vez mais comprometido com uma educação decolonial.

Este trabalho se justifica pois, apesar de estar em grande evidência temas como educação antirracista e decolonialidade, é notório que a formação dos docentes ainda carece de maiores ferramentas de conhecimento sobre a decolonidade e a desconstrução de uma visão eurocêntrica. Muitos docentes em geral ainda não possuem o letramento racial ou não o suficiente para que seja transmitido através de suas práticas pedagógicas. Esse problema torna-se ainda mais grave entre professores da Baixada Fluminense, onde essas deficiências têm causado hiatos na aprendizagem.

No meio acadêmico estes são temas que não têm como ser esgotados. Por isso, ao tratar da subjetividade em torno do negro como referência e da inserção do docente à formação de uma cosmovisão africana, a qual possui diferentes manifestações dentro da própria cultura popular brasileira e da religiosidade.

Como objetivo geral, este projeto pretende desenvolver uma perspectiva decolonial na educação, por intermédio de narrativas negroreferenciadas, tanto autobiográfica quanto baseadas nas escrituras de alunos e também através do auxílio formativo a professores. Desta maneira, vai se lançar mão de uma intervenção pedagógica adaptando o currículo à Lei nº 10.639, de 2003, por meio do manancial cultural afrobrasileiro. Em paralelo, o projeto vai estimular que professores também se encorajem e se instrumentalizem a fim de atuar de maneira análoga em suas respectivas salas de aula.

2 RELATO DE CASO/EXPERIÊNCIA

Diante deste cenário, a professora de Geografia do sétimo ano, na aula cujo tema era “Formação da População Brasileira”, abriu uma roda de conversa sobre a herança dos portugueses deixada na África e no Brasil. Surgiu daí o incentivo para que alunos contassem suas experiências também. Muitos sequer tinham noção que haviam sofrido algum episódio de racismo. Mas outros chegaram a relatar que *“sempre quando vou ao mercado tem um segurança andando atrás de mim”*, *“um pessoal da rua começou a xingar a gente por causa da nossa roupa branca da religião”* ou *“não gosto quando os meus colegas falam do meu cabelo, por isso que agora eu só vivo de chapinha”*.

A outra iniciativa adotada foi contar a “História para Ninar Gente Grande”, enredo e samba da Estação Primeira Mangueira, responsáveis pelo título do Carnaval de 2019. A partir da leitura e interpretação de alguns trechos como *“desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento. Tem sangue retinto pisado atrás do herói emoldurado”* e *“não veio do céu nem das mãos de Isabel, a liberdade é um dragão no mar de Aracati”*, foram apresentados a eles os heróis negros da História do Brasil referenciados pelo samba, através de pesquisas e imagens. Outra prática pedagógica a partir desta experiência musical se deu por meio da brincadeira lúdica de “pique bandeira decolonial”, valorizando os indígenas, os africanos e os descendentes destes.

Um dos pontos mais significativos deste processo foi a realização de um passeio com alunos do sétimo ano pelos pontos turísticos de São João de Meriti. Eles visitaram o “Negro Muro”, com a pintura de João Candido, o “Almirante Negro”, reconhecido oficialmente e

incluso como “Herói Municipal”. Além disso, houve uma “Feira de Africanidade” para todos os segmentos da escola, nos dois turnos, através da qual pode-se trabalhar livros infantis, trechos de história, jogos, músicas, pintura africana, estampas geométricas e oficina de turbante. Responsáveis, familiares, a comunidade escolar, em geral, participaram deste projeto. Dela veio, inclusive, comentários do tipo: “*nunca participei de projeto na escola do meu filho! Bem que vocês poderiam fazer de vez em quando alguma coisa assim!*”.

3 DISCUSSÃO

Existe um provérbio africano utilizado e falado amplamente que diz: “*é necessário uma aldeia inteira para educar uma criança*”. Com esse provérbio e com a sabedoria dos diversos povos africanos que contribuíram para a formação e desenvolvimento do Brasil, é de extrema importância pensar sobre lacunas existentes no sistema educacional brasileiro quando se refere a respeito de temas como cultura afrobrasileira e negro referenciada.

“Sabemos que escola pública tem cor.” (SILVA, 2022, p. 1) E, por isso, “ser educador/a antirracista é ser resistência, re-existência” (BARONI, 2024, p.7), é se reinventar todos os dias, pensar como fazer para mudar uma realidade que está impregnada no popular dos habitantes do Brasil, tendo em vista que a “branquitude impôs sua visão da história como verdade, ocultando as demais visões de aflorarem” (p. 97).

Neste sentido, é preciso recontar, dar a devida importância aos sujeitos principais da história, isto é, negros e indígenas, colocando-os como os verdadeiros protagonistas: “é disso que se trata uma alfabetização decolonial sendo aquela que também nos ensina a ler e a escrever a nossa própria história, seja de forma convencional ou cultural” (p. 99). E isto só é possível se esta iniciativa for “contra ondas conservadoras e movimentos de silenciamento de determinados temas e conhecimentos na educação” (p. 7).

Tornar-se um professor antirracista é primordial, pois “a educação antirracista não se fará sozinha, ela começa no miúdo de nossas ações!” (p. 9). Os professores precisam ouvir as histórias, respeitar o “diferente”, ser um agente, fio condutor de manifestações culturais, abrindo espaços dentro do ambiente escolar para essas temáticas e fazendo prevalecer a Lei 10.639/2003. Como defende Paulo Freire (1998), “quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado” (p. 25).

Aplicação da lei na prática ainda é um desafio enorme ao corpo docente da escola e à equipe diretiva, pois “no geral a gente pode dizer que se fosse fácil alguém já teria feito, se tivesse plenamente aplicada, implementada e as mil maravilhas ela não teria razão de existir, porque a gente está falando de racismo e de suas complexidades” (PEREIRA, 2016, p. 26). Embora os avanços e as conquistas recentes do movimento negro seja notórios, como, por exemplo, a própria criação da Lei nº 10.639/2003, “são evidentes muitos desafios para que a implementação dela seja de fato realizada nas escolas brasileiras” (PEREIRA, 2016, p. 26). Neste sentido, é fundamental que professores antirracistas sejam formados, dando possibilidade de enfrentamento a uma educação etnocêntrica e eurocentrada e potencializando a Lei nº 10.639/2003.

Esta pesquisa vai investir em escritórias a partir da trajetória de vida e de docência da professora-pesquisadora, por meio das narrativas autobiográficas. A própria escrita da dissertação é uma escritória. Este percurso estará entrelaçado à realidade dos alunos, mostrará os acertos, os possíveis erros, as correções e as mudanças de rota dentro de um projeto da valorização da cultura negra dentro da escola, durante os anos letivos de 2023, 2024 e 2025.

3 CONCLUSÃO

Foi possível observar que o próprio corpo docente também precisava de letramento racial. A maioria dos professores da escola moram em São João de Meriti ou em municípios da Baixada Fluminense, onde, de acordo com o último Censo do IBGE, de 2022, 69% da população se autodeclara preta ou parda. Uma professora, com pouco mais de vinte anos, afirmou que graças àqueles eventos ela estava, finalmente, se reconhecendo sua condição racial: *“nunca me achei negra, nunca me vi como uma mulher negra, eu sou a mais clara da minha família”*. Outra professora, que trabalhava no município por mais de trinta anos e estava prestes a se aposentar, relatou na ocasião que *“achei tudo lindo, sempre quis saber mais sobre esses temas...”*.

A despeito da resistência, por diversas razões, de alguns docentes, foi notória a procura e o interesse para incluir um conteúdo mais afrocentrado em suas salas de aula, enfatizando a importância do negro na sociedade. A ideia que começou simples, partindo de alguns professores, têm ganhado força e voz na política educacional dali. Por isto, a partir de então, a escola tem refletido sobre o cumprimento mais enfático da Lei 10.639, de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, através de um planejamento político-pedagógico cada vez mais comprometido com uma educação decolonial.

REFERÊNCIAS

- BARONI, Patrícia. “20 Anos Da Lei 10.639: Por Uma Educação/Vida Antirracista”. Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 10, N. 1 - p. 7-18, janeiro de 2024.
- _____. “Narrativas Docentes Alfabetizadoras: Marcas De Um Currículo Em Processo De (Re)Construção”. Dossiê: 20 anos da Lei 10.639: Conversas Curriculares Entre Saberes, Práticas e Políticas Antirracistas II. Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 10, N. 1 - p. 94-104, 2024.
- MAMEDE, Maria, “O Lúdico Na Prática Docente Decolonial”. Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 3, n. 2, p. 1-11, 2021.
- DAMASCENO, Ilaina. “Pedagogias negras: experiências formativas para a educação das relações étnico-raciais”. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 17, e 19424, p. 1-23, 2022.
- OSCAR, Joana. “EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: uma perspectiva de implementação institucional em curso no município do Rio de Janeiro.” IV Copene Sudeste 2021.
- PEREIRA, Amilcar. PEREIRA. “O movimento negro brasileiro e a Lei 10.639_03”. Revista Contemporânea de Educação, vol. 11, n. 22, ago/dez de 2016.
- ROCHA & AZEVEDO. “O Narrar Sobre Si E A Escrivência: O Lugar Da Escrita Autobiográfica Em Pesquisa Sobre Formação De Professoras Negras”. Inter-Ação, Goiânia, v.46, n.3, p. 1345-1359, set./dez. 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ia.v46i3.68429>>.
- SILVA, Luan. “Análise De Dados E Políticas Públicas Antirracistas Na Educação Carioca: Um estudo sobre a Gerência de Relações Étnico-Raciais (SME-RJ)”. Rev. Espaço Do Currículo (Online), João Pessoa, V.15, N.1, P. 1-14, Jan/Abr. 2022.